

PROCESSO TCE N° 124.252
ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2016,
RESPONSÁVEL: Fernando Moraes de Souza (Defensor Público-Geral)

PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 11.226/2019/PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC. Regular com Ressalva. Recomendações. Dar Ciência. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, fundamentado no artigo 36, inciso I e artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993. **1)** considerar **Regular com Ressalva** a Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **Fernando Moraes de Souza** (Defensor Público-Geral), **valendo como ressalva** as seguintes impropriedades: **a)** ausência da Nota Fiscal nº 1859, impossibilitando a confirmação do pagamento no valor de R\$ 7.000,00¹, em favor da empresa Laboratório Citoclínico Ltda (EPP); **b)** ausência das Certidões Negativas emitidas pela Secretaria de Estado da Fazenda e da Prefeitura Municipal de Rio Branco; **c)** ausência das guias de abastecimento de combustível; **d)** ausência de análise técnica do Controle Interno

¹ Na folha nº 193 do processo eletrônico consta na relação de pagamento o valor de R\$ 7.000,00 correspondente a NF nº 1859.

acerca do processo de pagamento das despesas; **e)** apresentação de documentos ilegível, relativo ao aluguel de veículos para uso da DPE/AC; **f)** ausência do documento de autorização de acesso para consulta aos dados de movimentação bancária e; **g)** divergência no valor entre o saldo apresentado na conta Estoque-Balanco Patrimonial e o valor apresentado no Relatório de Movimentação do Almoxarifado, conforme demonstrado na alínea “a” do subitem 2.7 do Relatório Conclusivo. **Considerando, que essas ocorrências podem ser consideradas falhas formais por não causarem danos ao erário e que podem ser corrigidas nas próximas edições da matéria.** **2)** Decisão: o Colegiado decidiu, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora Naluh Maria Lima Gouveia. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros **Antonio Cristovão Correia de Messias** e **Antonio Jorge Malheiro**. **3)** Dar ciência ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Acre para conhecimento do teor desta decisão, e; **4)** Após as formalidades de estilo, encaminhe os autos ao arquivo.

Rio Branco-Acre, 25 de abril de 2019.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC, interino

Conselheira Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Doutor **Sérgio Cunha Mendonça**

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.252
ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2016,
RESPONSÁVEL: Fernando Morais de Souza (Defensor Público-Geral)

PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Fernando Morais de Souza (Defensor Público-Geral)**. A contabilidade consta como responsável o Senhora Gleise Gláucia A. de Souza Ferraz, inscrita no Conselho de Classe sob o nº CRC-AC 001139/0-3. A referida Prestação de Contas constante no Sistema Informatizado – SIPAC, foi encaminhada de forma **tempestiva** por meio do Ofício nº 135/GAB/DPE-AC, em cumprimento à Resolução TCE/AC nº 087/2013 (3ª Edição). A mesma deu entrada nesta Corte de Contas em 02 de maio de 2013, sob Protocolo nº 014937432539942016412A, sendo considerada TEMPESTIVA. Em relação aos anexos exigidos no Manual de Referência – 3ª Edição consta a presença de todos.

1) A análise técnica procedida nos autos pela DAFO/1ª IGCE (fls. 159/177), do Relatório Preliminar apurou os resultados seguintes²:

a) **Rol dos Responsáveis** foi encaminhado **em conformidade** com o item II do Anexo II do Manual de referência – 3ª Edição, apresentando o nome e o CPF, os

² Conforme a Acórdão nº 10.739/2018, refere-se a decisão de Regular com Ressalva da Prestação de Contas da DPE/AC, exercício de 2015.
Processo nº 124.252

cargos ou funções exercidas, endereço residencial, e-mail, a indicação do período de gestão e os atos de nomeação e posse, designação e/ou exoneração.

- b) Em relação a autorização às Instituições Integrantes do Sistema Financeiro Nacional concederem acesso ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, por meio de autorização, o gestor não enviou a referida autorização, para esse acesso, baseado em Parecer da Procuradoria Geral do Estado-PGE nº 172/2017, em desacordo com a Resolução TCE nº 087/2013, Item III, Anexo II do Manual de Referência 3ª Edição. A DAFO/1ª IGCE fez toda uma argumentação legal (fls. 160/163), concluindo pelo descumprimento das normas desta Corte de Contas, uma vez que a existência de Parecer da Procuradoria Geral do Estado não desobriga os gestores públicos de atenderem os atos normativos vigentes emanados do Tribunal de Contas do Estado do Acre.
- c) Em relação ao Balanço Orçamentário (fls. 163/166), para o exercício de 2016 da Defensoria Pública do Estado do Acre-DPE/AC, foi aprovado pela Lei Estadual nº 3.098 de 29 de dezembro de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa no valor de R\$ 24.685.854,74. Foi observado pela instrução que o Balanço Orçamentário não apresentou superávit nem déficit³, sendo a receita realizada em mesmo valor que as despesas efetivadas. A variação no orçamento foi negativa correspondendo em 0,30%, conforme (Tabela 01- fl. 164, do Relatório Preliminar). Constatou-se pela instrução que 71,36% da despesa foi efetuada com folha de pagamento da DPE/AC, consumindo em torno de R\$ 16.722.324,39. Pela natureza das funções da Entidade a área técnica do TCE/AC não vislumbra gastos em desconformidade com as atribuições institucionais do órgão.
- d) No Balanço Financeiro a área técnica apurou que o Balanço Financeiro apresenta um saldo de R\$ 432.549,86 proveniente do exercício anterior e para o exercício seguinte um saldo financeiro de R\$ 205.463,49, gerando um resultado financeiro deficitário de R\$ 227.086,37, conforme demonstrado (Tabela 02-fl. 166/167-

³ Receita realizada no montante de R\$ 23.609.110,95 e as Despesas empenhadas em mesmo valor.
Processo nº 124.252

Relatório Preliminar). No entanto, na conciliação bancária enviada contendo o saldo de R\$ 49.379,06, confirmado nos extratos bancários do mês de dezembro não guarda conformidade com o saldo do Balanço Patrimonial no valor de R\$ 205.463,49 (fl. 167 – Relatório Preliminar). No entanto (fls. 494/495-Relatório Conclusivo), por ocasião da defesa o gestor conseguiu superar a inconsistência.

- e) Com Relação a Movimentação Patrimonial (fls. 167/168 – Relatório Preliminar), foi apontada uma divergência de R\$ 255.562,43, entre o saldo apresentado na conta Estoque do Balanço Patrimonial, que é de R\$ 367.042,47 e o valor apresentado no Relatório de Movimentação do Almojarifado que soma o valor de R\$ 111.480,04. A instrução considerando que a defesa não apresentou documentos comprovando a correção da divergência no montante de R\$ 255.562,43, considera que a ressalva permanece. Quanto a ausência do Inventário de Bens Imóveis a defesa informa que de acordo a Portaria STN nº 548/2015, tem um prazo até 1º de janeiro de 2019. Mesmo assim, a área técnica recomenda que se atenha ao prazo estabelecida na referida Portaria, para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis (fl. 496 – Relatório Conclusivo).
- f) Quanto Licitações e Contratos área técnica em sua análise constatou algumas impropriedades tais como: a) não comprovação de despesas no valor de R\$ 7.000,00, relativas ao Contrato nº 18/2014, com o Laboratório Citoclínico Ltda⁴; b) ausência das certidões de regularidade fiscal no âmbito da Fazenda do Estado do Acre, e da Prefeitura de Rio Branco e dos comprovantes de pagamento de Tributos recolhidos na fonte, conforme cláusulas contratuais⁵; c) ausência das guias⁶ de abastecimento de combustível, demonstrando a falta de controle interno e fiscalização por parte da DPE/AC; d) a DAFO/1ª IGCE, recomenda o acompanhamento a acerca da continuidade ou não do contrato nº 08/2016 – firmado com JLB de Souza Comércio e Serviços Ltda (ME), no valor de R\$

⁴ Que tem por objeto a prestação de serviços de exames de investigação de vínculo genético.

⁵ A empresa contratada apresentou certidões da Prefeitura de Goiânia – fl. 170 do Rel. Preliminar.

⁶ Valor das despesas com combustível na DPE/AC no exercício de 2016 (R\$ 262.539,66 - Contrato nº 29/2015, Posto Ale, fl. 170 do Rel. Preliminar.

339.531,72, para prestação de serviços de limpeza e conservação; e) ausência de análise técnica no processo de pagamento, pelo controle Interno, das despesas realizadas; f) Com relação ao Contrato nº 14/2016, firmado com a JM Locadora de Veículos Ltda (EPP), o gestor conseguiu comprovar a ausência da documentação dos veículos alugados, **exceto** no que se refere documento dos 03 (três) veículos contratados (tipo caminhonete). As demais pendências, segundo a área técnica foram atendidas;

g) Quanto o Controle Interno verifica-se a sua existência⁷ e o gestor, em atendimento ao item XVII do Anexo II do Manual de Referência da Resolução TCE/AC nº 087/2013 encaminhou o Parecer das Contas da DPE/AC, conforme fl. 174 do Relatório Preliminar.

2) Regularmente citado, visto às folhas 181 e 182, o Senhor Fernando Morais de Souza (Defensor Público Geral), aproveitou de forma tempestiva, a oportunidade de defesa. No entanto, a contadora responsável pela contabilidade da DPE/AC, Senhora Geise Gláucia Aguirre de Souza Ferraz não deu resposta.

3) Instada a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 1ª IGCE emitiu o Relatório Técnico Conclusivo de folhas 485 a 498, no qual concluiu que as justificativas e documentos apresentados, não trouxeram elementos suficientes que sanassem a totalidade das impropriedades e falhas formais apuradas no Relatório Técnico Preliminar, folhas 159 a 177.

4) Ministério Público de Contas manifestou-se à fl. 504 com pronunciamento da lavra do Procurador Doutor **Mário Sérgio Neri de Oliveira**.

5) Na forma regimental, os autos foram distribuídos em 12 de maio de 2017 (fl. 2).

⁷ O responsável pelo controle interno o Senhor Antonio Jorge Felipe de Melo conforme Declaração de Veracidade assinatura do controlador em 02/05/2017-fl.01.

É o relatório.

Rio Branco, 15 de abril de 2019.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

PROCESSO TCE N° 124.252
ENTIDADE: Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE/AC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2016,
RESPONSÁVEL: Fernando Moraes de Souza (Defensor Público-Geral)

PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CONCLUSÃO E VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):

Considerando as impropriedades apuradas pela DAFO/1ª IGCE em seu Relatório Conclusivo de Análise Técnica (fls. 485/498), tais como: ausência da Nota Fiscal nº 1859, impossibilitando a confirmação do pagamento no valor de R\$ 7.000,00⁸, em favor da empresa Laboratório Citoclínico Ltda (EPP); ausência das Certidões Negativas emitidas pela Secretaria de Estado da Fazenda e da Prefeitura Municipal de Rio Branco; ausência das guias de abastecimento de combustível; ausência de análise técnica do Controle Interno acerca do processo de pagamento das despesas; apresentação de documentos ilegível, relativo ao aluguel de veículos para uso da DPE/AC; ausência do documento de autorização de acesso para consulta aos dados de movimentação bancária e por último, divergência no valor entre o saldo apresentado na conta Estoque-Balanco Patrimonial e o valor apresentado no Relatório de Movimentação do Almojarifado, conforme demonstrado na alínea “a” do subitem 2.7 do Relatório Conclusivo. **Considerando, que essas ocorrências podem ser consideradas falhas formais por não causarem danos ao erário e que podem ser corrigidas nas próximas edições da matéria.**

⁸ Na folha nº 193 do processo eletrônico consta na relação de pagamento o valor de R\$ 7.000,00 correspondente a NF nº 1859.

VOTO:

- 1) **Emitir Acórdão** considerando **REGULAR com Ressalva** à Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2016, fundamentado no artigo 36, inciso I e artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, de responsabilidade da Senhora **Fernando Moraes de Souza (Defensor Público-Geral)**.
- 2) **Recomendar**⁹ ao atual Defensor Público Geral a implantação de sistemas/planilhas de controle para acompanhamento do fornecimento dos combustíveis utilizados, adotando medidas tais como: Diário de Bordo, Requisição de Abastecimento, Autorização para Viagem, Relatório das Atividades e Ofício para Solicitação de Veículos Utilizados a Serviço da DPE/AC, dentre outros tipos de controle.
- 3) **Dar ciência** ao Governador do Estado e a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para tomar conhecimento desta decisão;
- 4) Dar ciência ao Senhor Fernando Moraes de Souza (Defensor Público Geral), Senhor Antonio Jorge Felipe de Melo (Controlador Interno) e Senhora Geise Gláucia A. de Souza Ferraz (Contadora), para tomar conhecimento desta decisão
- 5) Após as formalidades de estilo, **encaminhe** os autos ao arquivo.

É como VOTO.

Rio Branco-Acre, 25 de abril de 2019.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

⁹ Decisão desta Corte exarada no Acórdão nº 11.102/2019, julgado em 24/01/2019.
Processo nº 124.252